

JARDIM DE MULHERES

AMINATTA FORNA

1
Abie, 2003
Jardim de Mulheres

Londres, Julho de 2003.

Tudo começou com uma carta, como, por vezes, acontece com as histórias. Uma carta que chegou certo dia, há três Invernos, exibindo um selo com um guarda-rios preto e branco, o frio húmido do ar exterior e o carimbo postal de um lugar do qual não chegava nenhuma carta há uma década ou mais. Um país que parecia ter desaparecido, voltado para uma época anterior, como os grandes espaços por preencher nos mapas antigos onde, outrora, os cartógrafos desenhavam ilustrações de animais míticos e riquezas incalculáveis. No entanto, a verdade é que esta história começou há vários séculos, quando cavaleiros de um reino perdido, chamado Futa Djallon, desceram até às planícies, muito antes de os cartógrafos europeus voltarem a sua atenção para o insignificante problema de como preencher aqueles espaços em branco.

Vem-me à memória uma história. Uma história que conheço, segundo parece, há muitos anos, embora já não me lembre de quem ma contou.

Há quinhentos anos, uma caravela que ostentava as cores do Rei de Portugal contornou a curva do continente. Tinha sido privada de vento algures ao largo das ilhas de Cabo Verde, e os mantimentos, comida e água começavam a escassear. Quando finalmente os ventos se apiedaram dela, impulsionaram-na para Sudeste, em direcção à costa, onde o comandante

avistou uma série de portos naturais e levantou a âncora. Os marinheiros, prostrados pela fome e com os cabelos encaracolados devido ao escorbuto, remaram para terra, arrastaram-se pelas águas pouco profundas e pela areia, onde ficaram sob a sombra das árvores. Ali se detiveram e olharam à sua volta com incredulidade. Imagine-se! Balouçando-se diante dos seus rostos, estavam mangas suculentas, abundantes quantidades de carambo-las, abacates do tamanho da cabeça de um homem. Enquanto, da extremi-dade dos seus elegantes caules, os ananases acenavam de forma incentiva-dora, despontavam batatas-doces e inhame da terra, e grandes cachos de bananas desciam até eles. Os marinheiros pensaram ter encontrado nada mais, nada menos do que o Jardim do Éden.

E, durante algum tempo, era isso que os europeus pensavam que a África era. O Paraíso.

A última vez que pensei nesta história foi uma semana depois de a carta ter chegado. Nessa altura, eu tinha deixado Londres – a cidade que considero agora a minha casa – para seguir o percurso da carta até ao local de onde ela tinha vindo e mais além. Encontrava-me numa floresta exacta-mente igual àquela que os marinheiros tinham encontrado por acaso, e lembrei-me de como costumava, de manhã bem cedo, ver as minhas avós, as esposas do meu avô, saírem de casa e dirigirem-se, pelo mesmo cami-nho no qual eu estava, ao seu jardim. Uma a uma, cada mulher separava-se das suas companheiras e encaminhava-se para a sua parcela de terreno, cujos limites eram marcados por uma termiteira abandonada, uma árvore caída, um pedregulho na vertical. Ali, entre as cambalas gigantes, os sapelis e as mafumeiras da floresta, cada mulher cuidava das goiabeiras, papaieiras e jamboeiros que ali tinha plantado. Depois, mondava o inhame e a man-dioca, onde estes cresciam na terra fofa e escura, e regava o ananaseiro que marcava o centro da sua parcela de terreno.

Pensei na história dos marinheiros. E, durante muito tempo, julguei que não passava disso. Uma história. Sobre a forma como os Europeus nos descobriram e como deixámos de ser um espaço em branco num mapa. Contudo, alguns meses mais tarde, depois de a carta ter chegado e de eu ter seguido o seu trajecto, acabando por aparecer com um suave baque, numa floresta encantada, e depois de eu ter ouvido todas as histórias que este livro contém e escrevê-las para o leitor, lembrei-me designadamente desta. Então, apercebi-me de que o tema da história era, na verdade, outro.

Era sobre diferentes maneiras de ver. Os marinheiros não atentaram nos sinais, sendo incapazes de ver o padrão ou a lógica, só por serem diferentes dos seus. E a maneira de ver africana: arcana, invisível, porém, visível, evidente para quem nela se insere.

Os marinheiros viram o que consideraram ser a abundância da Natureza e roubaram o jardim de mulheres. Julgaram ter encontrado o Éden, e talvez tivessem mesmo, mas era um Éden criado, não pela mão de Deus, mas sim pelas mãos de mulheres.

A carta que me fez regressar a África foi enviada pelo meu primo Alpha. Não reconheci a sua caligrafia no envelope – nunca antes me tinha escrito. Alpha já tinha sido professor, mas, naqueles tempos mudados, ganhava a vida a redigir cartas por outras pessoas. Pessoas que faziam fila à frente dele, uma a uma, agarrando um pedaço de papel com a morada de um parente no estrangeiro ou, então, o cartão de visita de algum viajante europeu, inconscientemente trocado, num momento de boa disposição, por uma vida de esperanças de outra pessoa. Alpha dava cumprimentos, fazia votos de que o destinatário estivesse de boa saúde, invocava a memória dos mortos e escrevia, por este meio, apenas para o informar da situação do remetente, das tribulações e rigores da guerra. Pedia-lhe ajuda para superar as suas inúmeras dificuldades. Pela graça de Deus. Agradecendo-lhe de antemão.

Seguidamente, virava a carta para o seu cliente, para que a lesse e assinasse. Este assentia com a cabeça, fingindo compreender, e assinava, com o sobrolho carregado e a mão vacilante, as letras do seu nome, sabidas de cor, ou carregava com o polegar na almofada de carimbo aberta e deixava uma impressão digital roxa, qual flor, ao fundo da página.

A minha carta foi escrita numa só página de uma folha de papel arrancada de um caderno escolar, sem palavras riscadas nem erros ortográficos – dando a entender que um rascunho tinha sido previamente elaborado e cuidadosamente copiado. A assinatura de Alpha constava ao fundo da página. «Alpha Kholifa», executada despreziosamente e sem floreios, uma simples afirmação. Ele usava o nome do nosso avô, o mesmo que o meu, pelo que não havia engano possível. O outro aspecto em que reparei, só depois de ter lido a carta do princípio ao fim, foi a ausência de uma morada de caixa postal. Intencionalmente, ele tinha-me

negado a oportunidade de responder com um célere pedido de desculpas, de junto enviar um cheque envaidecido de zeros repletos de culpa.

A carta não continha um único pedido ou rogo. A sua essência estava contida em duas pequenas frases.

«A plantação de café de Rofathane é tua. Lá está.»

O yi di. Na nossa língua: lá está. Alpha tinha-me escrito em inglês, mas as palavras, a sensibilidade, eram africanas. No nosso país, uma pessoa podia perguntar a outra pela saúde de uma terceira, e a inquirida, pretendendo transmitir a ideia de que tal indivíduo não estava muito bem, necessitando da ajuda de Deus ou do homem, poderia responder: «*O yi di*». Ele lá está. Ela lá está. A plantação de café de Rofathane é tua. Lá está.

Não me pedia para voltar. Desejava que eu o fizesse.

A carta terminava da maneira convencional. Alpha perguntava-me pelo meu marido, que tinha visto uma vez, aquando da minha última ida à minha terra natal. Nós tínhamos levado as crianças, para serem vistas e admiradas pela família e pelos amigos, embora fossem – as crianças – muito pequenas para se lembrarem da visita. Recordo-me de as minhas tias terem chamado ao meu marido «O Português», o *potho*, que se tornou o termo empregue pelo meu povo para designar qualquer europeu – inspirando-se naqueles marinheiros que ali desembarcaram e não pararam de voltar. Deram um nome ao país. Estabeleceram feitorias. Geraram Pedros e Marias de pele escura. E desapareceram, deixando palavras dispersas como vestígios da sua permanência. Porto. *Potho*. A ponta da língua fazia pressão contra a parte de trás dos dentes; um som suave. Ao longo dos anos, a palavra tinha-se adaptado ao formato de uma boca africana. Não lhes importava – às minhas tias – que o meu marido fosse, na verdade, escocês.

Na manhã após a chegada da carta, acordei com uma impressão que, a princípio, confundi com o calafrio que se segue ao final de um sonho caloroso. Uma sensação de apreensão, de que me esperava uma tarefa. Ano após ano, eu dizia à minha Tia Serah que ia voltar à minha terra natal, mas, todos os anos, ela dizia-me para esperar. «Vem no Natal, quando as coisas tiverem acalmado.» Eu sabia que já a tinha deixado tempo suficiente. Enquanto espectadora, tinha visto no ecrã do meu televisor imagens do meu país ensanguentado e ferido. A fachada carbonizada do

armazém onde comprávamos gelado de manga aos sábados. Cadáveres a revolverem-se na rebentação da água da praia onde fazíamos piqueniques aos domingos, onde eu me revolia durante horas a fio naquelas mesmas vagas. Um pai com os seus dois filhos a fugirem de balas disparadas por atiradores furtivos numa rua que eu percorria todas as segundas-feiras a caminho da escola. A paz tinha sido declarada, porém, a guerra estava longe de ter acabado. Era como assistir, à distância, a alguém que conhecemos ser atacado na rua por ladrões e, posteriormente, ver essa pessoa, ainda aturdida pelos golpes recebidos, com as mãos estendidas enquanto reúne desajeitadamente os seus pertences espalhados ou, imobilizada pelo abalo, a olhar à sua volta como que pasmada, procurando consolo nos rostos dos desconhecidos.

O que faria qualquer pessoa? Iria ter com eles.

Sentei-me na cama e abanei o ombro do meu marido – o meu marido luso-escocês – e disse-lhe que ia ausentar-me durante uns tempos.

Assim, ali estava eu, na floresta, no meio do jardim de mulheres, recordando as minhas avós. Para lá das árvores, as suas filhas esperavam-me. Quatro tias. Asana, filha de Ya Namina, a esposa mais velha do meu avô: uma magnífica altivez corria, como a água do rio, das veias da mãe pelas veias da filha.

A meiga Mary, de quem as crianças tolas fugiam, assustadas, que me entrançava os cabelos, cuidava de mim como se eu fosse sua filha e falava do mar e das estrelas.

Hawa, cujo rosto tinha a mesma expressão que eu recordava da infância – de desilusão já prevista. Nem sequer um sorriso para me cumprimentar. Chega de falar dela. E Serah, irmã gêmea do meu pai, que falava comigo de uma forma como nenhum outro adulto jamais tinha feito – como se, um dia, eu pudesse estar à sua altura.

Elas eram as pessoas cuja presença preenchia o fundo da minha infância. Não eram, de modo algum, as minhas únicas tias, mas sim as minhas tias sem marido. Asana, viúva. Mary, solteirona. Serah, divorciada. O destino do marido de Hawa nunca tinha ficado muito claro e continuava a ter algo de misterioso. Eu já tinha ouvido algumas das histórias delas, embora não me lembrasse de quem mas tinha contado ou quando o tinha feito. Em criança, passava os serões em casa a fazer os deveres ou a tentar captar uma imagem no televisor a preto e branco.

Em adolescente, ficava deitada no meu quarto a mexer no meu rádio transístor amarelo à espera das minhas músicas preferidas. Sem os seus próprios homens para ocupá-las, estas quatro tias tinham sempre sido visitas frequentes em casa do meu pai até este partir para assumir uma série de funções no estrangeiro e eu ter seguido a sua esteira para frequentar a universidade.

Estando de regresso, pensei nas minhas tias e em tudo aquilo que nunca fora falado, e vi-as como elas eram, a imagem reflectida do que fica por dizer: de todas as coisas acerca das quais não se faz perguntas.

As histórias aqui reunidas pertencem-lhes, ainda que, agora, também me pertençam, tendo-me sido dadas para que delas fizesse o que bem entendesse. Da mesma maneira que me deram a plantação de café do seu pai. Histórias que começaram num lugar e terminaram noutra. Alisadas e polidas como seixos, por terem sido contadas inúmeras vezes. De tal forma que, posteriormente, pensei que elas talvez o tivessem planejado, estando há muito tempo à espera para mas contar.

Naquele dia, afastei-me das mulheres que me esperavam, embrenhando-me nas árvores e dirigindo-me para a água: o mesmo rio que, mais adiante, se enrolava em torno das casas, pelo que a aldeia jazia no seu abraço, como uma mulher na curvatura do braço do seu amante. De ambos os lados do caminho, as sombras amontoavam-se. Ervas aguçadas esticavam-se para arranhar os meus tornozelos descobertos. Uma lagarta desceu por um filamento invisível e ficou a girar diante da minha cara, como se me observasse de todos os ângulos antes de voltar a subir. Um rebento besuntou-me o rosto com algo pegajoso e desconhecido. Parei para limpar a face à frente de uma árvore alta com folhas cerosas e elípticas. Ao longo dos ramos, suspendiam-se morcegos adormecidos, como se fossem centenas de bebés enrolados. Enquanto eu olhava, um único morcego mudou de posição, estendeu a asa e envolveu o seu corpo ainda mais firmemente. Por um momento, um único olho brilhou na minha direcção, no meio da escuridão.

Aqui e acolá, bagas escarlates dançavam contra o verde. Estendi a mão por entre as teias de aranha, tendo cuidado com as formigas das árvores, que picavam, e colhi duas. Finquei a unha na polpa de uma baga e levei-a ao nariz. Café. Os pomares perdidos. Tudo aquilo tinha sido, outrora, grandes ruas ladeadas por árvores.

Então, por um momento, dei por mim num lugar que não pertencia ao passado nem ao presente, que não era real nem irreal. *Rothoron*, chamavam-lhe as minhas tias. O próprio leitor já lá deve ter estado, seja quem for e independentemente do ponto do mundo onde está a ler isto. Rothoron, a ténue ponte suspensa entre o sono e a vigília.

Naquele lugar, por um momento, ouvi-os. Creio que os ouvi. O riso de uma criança, traquina e exultante, coroando algum momento de glória sobre um amigo. O som de passos, de solas descalças, de pés chatos africanos a pisarem a terra ao de leve. Um sussurro de mulheres a cantarem enquanto trabalhavam. Por outro lado, talvez fosse apenas o chamamento de um grou a voar no alto, o bater das asas e o zumbido dos insectos da floresta. Fiquei imóvel, esforçando-me por ouvir o seu som, mas os largos anos que se interpunham entre nós eram demasiados.

Passei pelos pomares degradados da plantação de café que, nessa altura, era minha. Não por lei, não por legitimidade. O direito consuetudinário consideraria, provavelmente, que ela pertenceria a Alpha, o filho de Asana, mas era minha, se eu assim desejasse, simplesmente por eu ser a última pessoa com capacidade para fazer algo com ela.

À beira da água, sob o olhar fixo de um guarda-rios solitário, um grupo de rapazes tomava banho. Ao verem-me, pararam a sua brincadeira para melhor observarem a direcção que eu tomaria, o que fizeram com expressões solenes; as barrigas inchadas devido à desnutrição, sobressaíam como velhos arrogantes fungando de modo petulante pelas narinas repletas de ranho seco. Eu sorri e, quando eles me retribuíram o sorriso – o que fizeram de repente – mostraram filas de dentes perfeitos. Um rapaz estava inclinado com o braço à volta do ombro do irmão, os seus olhos, em forma de meia-lua repousavam sobre o seu sorriso largo, e, no contorno exterior da sua orelha, a cartilagem formava um pequeno ponto exactamente no mesmo sítio do da orelha do meu filho. Eu tinha-me curvado e beijado aquele mesmo sítio enquanto ele dormia ao lado da irmã, antes de sair de madrugada para apanhar o meu voo.

Depois, no interior da casa do meu avô, abri as persianas de uma janela, delicadamente adornadas pelo caruncho. O reboco do peitoril da janela estava a escamar-se como pele seca. O barro por baixo era avermelhado e tinha um aspecto frágil. No quarto vazio, erguiam-se os restos do emaranhado de metal daquilo que, outrora, fora uma cama de dossel.

Eu lembrava-me de como era quando o meu avô era vivo e eu ia ali de visita, em criança, vinda da cidade do litoral, onde o meu pai trabalhava. Nessa altura, sentava-me, confusa e apavorada, diante dele, até alguém – uma avó, uma tia – me pegar ao colo e me levar dali. Só o facto de o meu pai ser o mais bem sucedido dos seus filhos, embora não passasse do filho mais novo de uma esposa mais recente, o fazia dignar-se a ter-me na sua presença.

Ao canto, erguia-se, outrora, um monte de arcas, de tamanho crescente de cima a baixo. Agora, tinha desaparecido. Rapidamente imaginei os tesouros que poderia ter encontrado no seu interior. Pedações de tecido índigo desbotado. Vestidos bordados a crepitarem devido à antiga goma. Cartas em pergaminho de casca de cebola. Diários encadernados em pele. Lembranças traduzidas em palavras. Mas não. Pois aqui o passado sobrevive no aroma de um grão de café, a história de uma pessoa é captada pelo ouvido, e essas preciosíssimas lembranças estão escondidas no lugar mais seguro de todos. Protegidas do fogo, das inundações ou da guerra. Em histórias. Histórias recordadas até estarem prontas para serem contadas ou talvez simplesmente prontas para serem ouvidas.

É uma tarefa que cabe às mulheres, guardar assim as histórias, tal como cuidar do jardim. Enquanto me dirijo a elas – às minhas tias – com as suas silhuetas desenhadas no local onde estão sentadas, à luz prateada do início do crepúsculo, lembro-me das mulheres de regresso a casa, ao anoitecer, vindo das suas parcelas de terreno entre as árvores.

Pergunto-me o que pensariam se ali fossem agora, aquelas desafortunadas bebedoras de vinho do Porto. De todas as gloriosas dádivas que a floresta tinha para oferecer – café fresco.